

ENGECC 2025

V ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: A questão da mobilidade estudantil internacional

Karla Maria Lima Figueiredo Bené Barbosa¹

karla@uefs.br

Palavras-chave: Política pública. Internacionalização do ensino superior. Mobilidade acadêmica. Gestão universitária.

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização do ensino superior vem se consolidando como uma importante estratégia para ampliar a qualidade acadêmica, promover a cooperação científica e formar profissionais capazes de atuar em contextos globais. Nesse cenário, a mobilidade acadêmica internacional de estudantes desponta como uma das principais dimensões do processo de internacionalização, possibilitando a ampliação de horizontes culturais, acadêmicos e profissionais (Knight, 2004; De Wit, 2020).

Deste modo, tomando como ponto de partida a obra “Entre experiências e saberes: transições de estudantes em mobilidade acadêmica” (Barbosa, 2024), observa-se a necessidade

¹ Professora Assistente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Analista Universitária da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Coordenadora do Grupo de Pesquisa INTERGESA, Grupo de Estudos e Pesquisas em Internacionalização do Ensino, Gestão do Conhecimento e Aprendizagem (UEFS), Docente Permanente do Programa de Doutorado em Difusão de Conhecimento da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

de avaliação/implantação de uma política pública no âmbito da internacionalização da educação superior. Posto este entendimento, observa-se que, no Brasil, as políticas públicas educacionais desempenham papel relevante na oferta de possibilidades para que a mobilidade acadêmica se torne uma realidade acessível a diferentes públicos. Como exemplo prático, o Programa Ciência sem Fronteiras teve como objetivo principal o incentivo à formação acadêmica no exterior, por meio da oferta de bolsas, mas acabou no ano de 2017 após nova gestão do governo federal.

Atualmente, observa-se a existência de desafios relacionados ao financiamento, à desigualdade regional, às barreiras linguísticas e à sustentabilidade das políticas educacionais nesse campo. O presente estudo procura analisar a interface entre políticas públicas e internacionalização do ensino superior, tendo como foco a mobilidade acadêmica internacional. Busca-se compreender de que maneira essas políticas têm contribuído (ou limitado) o processo de internacionalização nas universidades brasileiras, problematizando sua efetividade e os impactos observados sobre a formação estudantil e docente.

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

O problema central de pesquisa que orienta este trabalho compreende a seguinte indagação: como as políticas públicas brasileiras podem influenciar o processo de internacionalização do ensino superior, em especial no que se refere à mobilidade acadêmica internacional?

A partir desta inquietação, definem-se têm-se como objetivo geral: analisar o papel das políticas públicas na promoção da internacionalização do ensino superior brasileiro, com ênfase na mobilidade acadêmica internacional. E como objetivos específicos: discutir os avanços e desafios relacionados à implementação dessas políticas; comparar as experiências brasileiras com modelos internacionais de referência; compreender os impactos da mobilidade acadêmica para a formação discente.

1.2 Justificativa

A motivação pela escolha do tema justifica-se pela crescente relevância da internacionalização no cenário educacional e pela necessidade de compreender a relação entre políticas públicas e práticas acadêmicas globais. A mobilidade acadêmica internacional é uma experiência transformadora que promove o intercâmbio cultural, o desenvolvimento acadêmico e a ampliação das competências pessoais e profissionais dos estudantes (Barbosa, 2024).

Neste entendimento, a mobilidade internacional não apenas contribui para a formação integral dos indivíduos, como também fortalece a inserção científica e tecnológica do país em redes de cooperação internacional (Santos; Almeida Filho, 2012). Contudo, observa-se que as oportunidades de mobilidade acadêmica não são amplas e sim, ainda restritas a grupos específicos, o que levanta questões sobre equidade e democratização do acesso. A análise crítica acerca da oferta de políticas públicas nesse campo torna-se, portanto, essencial para identificar lacunas, propor melhorias e ampliar o alcance dos benefícios da internacionalização. Além disso, o trabalho pode contribuir para o debate coletivo sobre educação, gestão e políticas públicas, apontando caminhos para uma internacionalização mais inclusiva e sustentável.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se a seguir, algumas reflexões que permitirão compreender a interface entre **políticas públicas e internacionalização do ensino superior**, destacando a relevância da mobilidade acadêmica como dimensão estratégica.

2.1 Políticas Públicas e Educação Superior

Políticas públicas é a denominação de projetos desenvolvidos para melhorar ou modificar algo em determinada sociedade, ações e decisões tomadas pelo Estado visando à resolução de problemas coletivos, com o objetivo de prover o bem-estar comum da população. De acordo com Vargas e Canan (2025), quando se trata de políticas públicas para a educação, as medidas podem assegurar direitos previstos pela constituição, bem como acesso à educação de qualidade a todos os cidadãos. Nesta perspectiva, compreende-se então que, as políticas públicas não surgem de maneira aleatória, e sim, são criadas a partir de necessidades previamente estabelecidas pela sociedade em geral.

Nesse sentido, é importante reconhecer a necessidade de políticas públicas educacionais no Brasil passarem por mudanças, considerando o surgimento de novas demandas sociais, seja pelas mudanças políticas e forma de governança, seja pela própria transformação da sociedade (Vargas; Canan, 2025).

No âmbito da educação superior, as políticas públicas têm assumido papel crucial ao garantir a expansão do acesso, a promoção da qualidade e, mais recentemente, a inserção internacional das instituições. Contudo, a democratização do ensino superior não pode se restringir apenas a ampliação de oferta de vagas, mas sim, deve ir em busca do acesso de estudantes a uma educação internacional, por meio de trocas e vivências com outras instituições de ensino superior do mundo. A internacionalização, nesse contexto, não se apresenta como

processo espontâneo, mas como resultado de estratégias e diretrizes traçadas em consonância com políticas educacionais nacionais e internacionais (Santos, 2020).

2.2 Internacionalização do Ensino Superior

A internacionalização da educação superior é um fenômeno multifacetado, uma das maneiras de responder aos impactos da globalização e da chamada sociedade do conhecimento. Reflete condições peculiares do século XXI, como: a formação de um mercado educacional global, a emergência do multiculturalismo e da interculturalidade e a competição no campo da pesquisa científica e tecnológica. De acordo Neves e Barbosa (2020), esses fatores possibilitam o aumento da mobilidade estudantil em busca de oportunidades e abre oportunidades e parcerias entre instituições universitárias.

Para Altbach e Knight (2007), a internacionalização da educação superior decorre de transformações globais associadas à ciência, à tecnologia e à crescente interdependência entre países. A internacionalização aponta para a necessidade de fortalecer a cooperação acadêmica e a formação de cidadãos globais.

No Brasil, a internacionalização ganhou destaque a partir dos anos 2000, sobretudo com as ações da CAPES e do CNPq no fomento a bolsas de estudo no exterior. Morosini (2017) considera que a internacionalização da educação superior no Brasil apresenta um caráter predominantemente governamental, diferentemente de outros países onde a iniciativa privada desempenha papel mais significativo.

2.3 Mobilidade Acadêmica Internacional

Uma dimensão internacional das universidades é um imperativo pela própria definição dessas instituições. E, entre as dimensões da internacionalização, a mobilidade acadêmica internacional é uma das mais visíveis e reconhecidas.

Teichler (2004) compreende a mobilidade internacional como o deslocamento de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países, com vistas ao intercâmbio de conhecimento, experiências e práticas culturais. Deste modo, considerando o contexto educacional brasileiro, a mobilidade acadêmica foi impulsionada por políticas públicas como o Programa Ciência sem Fronteiras - CSF (2011-2017), que possibilitou a ida de estudantes a universidades estrangeiras. Embora criticado por sua descontinuidade e limitações de impacto, o CSF representou para muitas instituições de ensino superior, um marco para o debate sobre internacionalização no país (Barbosa, 2024).

Espera-se das universidades um posicionamento institucional sempre mais competitivo, internacionalizado, a responsabilidade e o desafio de integrarem perspectivas internacionais, interculturais e comparativas nas experiências dos estudantes (Neves; Barbosa, 2020)

Assim, a mobilidade acadêmica pode ser vista como instrumento de integração internacional e como um desafio de democratização, exigindo políticas públicas que garantam acesso equitativo, sustentabilidade financeira e reconhecimento acadêmico.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A escolha por essa abordagem se justifica pelo caráter ainda em desenvolvimento da temática e pela necessidade de compreender as bases conceituais e políticas que sustentam a internacionalização do ensino superior no Brasil.

A revisão bibliográfica será realizada a partir de autores clássicos e contemporâneos (Knight, 2004; De Wit, 2020; Morosini, 2017; Barbosa, 2024) através de uma sistematização dos conceitos-chave, destacando políticas públicas, internacionalização e mobilidade acadêmica. A análise documental contempla relatórios e normativas de organismos nacionais e internacionais, como a CAPES e o CNPq, além de documentos oficiais relacionados a programas de mobilidade acadêmica (como o CSF).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a estrutura dos instrumentos a serem aplicados e conforme as técnicas de coleta de dados escolhidas, acredita-se ser possível a identificação de possíveis desafios, como: financiamento, barreiras linguísticas, desigualdades regionais. Espera-se ainda, levantar os avanços obtidos com programas de mobilidade, realizar uma comparação com experiências internacionais e tecer uma análise crítica do papel das políticas públicas brasileiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como expectativas de resultados a serem alcançados, compreende-se que a internacionalização do ensino superior, especialmente pela via da mobilidade acadêmica, não pode ser vista apenas como estratégia de prestígio institucional, mas como política pública essencial para a inserção do Brasil em redes globais de conhecimento e para a formação de cidadãos preparados para os desafios do século XXI. E, embora o Brasil tenha avançado significativamente no campo da internacionalização, suas políticas ainda carecem de

continuidade, equidade e sustentabilidade. Fatores como desigualdade regional, barreiras linguísticas e restrições orçamentárias dificultam a democratização do acesso.

As expectativas de resultados para trabalhos futuros incluem o fortalecimento de políticas públicas consistentes e duradouras, e o alinhamento entre universidades e governo para promover uma internacionalização mais equitativa e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip G.; KNIGHT, Jane. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3-4, p. 290-305, 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1028315307303542>. Acesso em 2 set. 2025.

BARBOSA, Karla Maria Lima Figueiredo Bené. **Entre experiências e saberes: transições de estudantes em mobilidade acadêmica**. Feira de Santana: EdUEFS, 2024.

DE WIT, Hans. Internationalization of Higher Education: A Critical Review. **EAIE Occasional Paper**, v. 1, n. 1, p. 9-27, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345342308_Internationalization_of_Higher_Education. Acesso em 4 set. 2025.

KNIGHT, Jane. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225084130_Internationalization_Remodeled_Definition_Approaches_and_Rationales. Acesso em 2 set. 2025.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da Educação Superior: entre políticas e práticas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-23, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/cJVdgG9n7W9wdcMtXvGrN7k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 2 set. 2025.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 54, p. 144-175, maio/ago 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/vd6H5x6RB56rrXkYzKDyGVB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI: Para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

VARGAS, Ariele Sousa de; CANAN; Silvia Regina. As políticas públicas para a educação superior no Brasil - pós LDB/96 e suas (des) continuidades. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 11, 2025. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2779>. Acesso em: 4 set. 2025.